

1 Ata da Sessão Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
2 de Campinas, realizada aos dez dias do mês de outubro de 2023, às catorze horas dez  
3 minutos, em sua sede na Rua Ferreira Penteado, nº 1.331 – Centro. Estiveram presentes:  
4 Titulares do Poder Público: Maria Angélica Bossolane Batista, Andrea Maria Campedelli  
5 Lopes, Pamela Cristina Pereira. Suplentes do Poder Público: Clebia Alves Campos Oliveira  
6 e Giovanna Puosso Labbate; Titulares da Sociedade Civil: Ana Flávia Silva Luz, Patrícia  
7 Rodrigues Silva Paes, Flávio de Azevedo Levy, Ricardo Leite de Moraes. Suplentes da  
8 Sociedade Civil: Miriã Pereira de Lima e Jeanne Maria Madureira de Camargo Rodrigues.  
9 Estiveram presentes os seguintes convidados: Aírton Pereira Junior (CT Noroeste),  
10 Cláudia Regina Gozzi (CT Norte), Ik Banto(Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia),  
11 Crisley Caroline (GT relações Éticos raciais), Vanessa Cristina Dias de Souza (SETA Leste),  
12 Renata da Cruz (psicóloga da SETA), Gustavo Maia (Instituto Brasileiro Desenvolvimento  
13 do Esporte – INBRADE), Juliana Tambasio (INBRADE), Fábio Uchida Rodrigues  
14 (INBRADE), Dettloff von Simson Junior (CPTI), Joaquim Paulino de Oliveiros Neto (Integra  
15 – Associação das entidades Filantrópica e Creche Menino Jesus de Praga), Moisés Costa  
16 (CT Sul); Rosângela Barbosa (CT Sudoeste), Roberto Batista da Silva (Integra Campinas),  
17 Marcos Rogério (Fundação Síndrome de Down), Eulin Mark (CT Norte); Paulo (CT Leste);  
18 Agnaldo Bartho (CRAS), Paula Cristina Toffili Baggio (Paica); Susy Ferraz (Paica). PAUTA:  
19 Expediente: 1-Leitura, discussão e aprovação da ata de setembro de 2023. Aprovada com  
20 9 votos. 2-Informes: a) Justificativas de ausências: Maria José Geremias (férias), Fernando  
21 Martins (férias), Ana Lúcia (viagem em razão do trabalho) e Marcelo Hennies; b) Pedido  
22 de desligamento de conselheira: Andréa Ferraz; c) Simpósio do CMDCA.  
23 Compartilhamento com todos na reunião ordinária desta data para a interface entre as  
24 comissões. Angelica faz uma contextualização sobre o objetivo do simpósio. Item 7 da  
25 pauta reunião ordinária de 10-10-2023 para inversão da pauta para falar sobre a Lei  
26 14.692, de 03 de outubro de 2023. Angelica faz uma breve apresentação da participação  
27 da Dra. Kellye a qual vem numa perspectiva de dar um suporte sobre a construção a partir  
28 da aprovação da referida lei. De todo esse processo desde a revogação da lei anterior que  
29 o CMDCA precisou tomar decisões sobre ficaria a questão da destinação. Angelica explica  
30 minuciosamente a funcionalidade das conversas no decorrer dos meses até que, houve a  
31 aprovação da Lei 14.692 de 03 de outubro de 2023. Dra. Kellye abre com fala sobre a  
32 possibilidade de estruturar os recursos do fundo, com a participação da Secretária da  
33 Assistência Social junto ao Congresso Nacional. Antes do dinheiro aportar no Fundo o  
34 CMDCA precisa aprovar esses projetos. Para que tenhamos a aplicada da lei ao caso que  
35 queremos ter, é preciso aportar antes. Hoje temos plano de trabalho que aprovado pelo

36 CMDCA não é algo que tem começo e fim, diferente de projeto. A ideia abre se foi um  
37 prazo, de preferência rápido, ou seja, até dia 14, a ideia que esses projetos já estariam  
38 simplificado. O projeto vai ter ser feito no registro que a OSC pediu, ou seja, tem ser  
39 vinculo por exemplo, se for da assistência, ser vinculado à assistência. OSC tem apresentar  
40 o projeto. A partir do dia 15, as empresas teriam que indicar; de outro momento de pose  
41 dos valores, incia-se o repasse conforme a lei. Então, só para lembrar, a resolução de  
42 repasse anterior, tinha um capito chamado requisito de admissibilidade, antes de ir para  
43 as áreas técnicas o CMDCA fazia análises. Depois CMDCA soltar o edital, aprovar os  
44 projetos que vão ser subsidiados pela lei, trabalha no edital de chancela. (assim vai dar  
45 tranquilidade para todos). A ideia seja projeto vinculo a politica de registro inscrito junto  
46 ao CMDCA com começo, meio e fim. Angelica fala sobre a mantença sobre a manutenção  
47 da retenção de 20%. Angélica passa a palavra para a Clebia a qual traz um pouco sobre a  
48 sua experiência sobre a alteração da destinação direta. O quanto houve trabalho e  
49 sofrimento diante da decisão judicial. Enquanto secretaria de assistência se debruçou  
50 sobre esse processo de construção legislativa junto ao senado. Então falaram com Senador  
51 Plínio. Lá conseguiram com apoio dos deputados, lá conseguiram despachar pedindo  
52 prioridade para o respectivo PL. 30 dias depois receberam um retorno sobre parecer  
53 favorável e, após seguiu para aprovação, isso foi realizado no sentido do CMDCA  
54 possibilitar alguma providência que fosse beneficia todas as OSC para receber o recurso.  
55 Na busca que tem dito para viabilizar o recurso (capitação) para o terceiro setor. Fala  
56 sobre a celeridade sobre a importância do assunto. Presidente Maria Angelica abre a fala.  
57 Sr. Carlos Alberto Cruz Filho e Detloff agradecem o CMDCA pelo rápido empenho sobre o  
58 assunto. Dra. Kellye da mais um respaldo jurídico sobre a questão da destinação (art. 260,  
59 parágrafo segundo alínea da respectiva lei citada acima). O Sr. Detloff tem uma “sugestão”  
60 fez um esboço de como era antes. Dra. Kellye fala que ideal seria tudo pelo SEI. Pode criar  
61 um tipo de SEI, para que a OSC tenha esse recibo na mão, para possa passar esse número  
62 de protocolo do SEI para a empresa. Agora será o projeto. Ricardo fala, se agora um  
63 dispositivo dá abertura para aquilo que fazia antes, agora que esse protocolo, pode ser  
64 seja um ponto de credibilidade para a OSC fazer a capitação junto as empresas. Dra. Kellye  
65 vai apresentar a propostas para aprovação. Aprovação de uma resolução de aprovação de  
66 projetos para fins de possibilitar a indicação pelos contribuintes do IR que receberão  
67 destinação de recursos; exclusivamente para organizações não governamentais, com  
68 programas devidamente registrado no CMDCA; o projeto deve ser expressamente  
69 vinculado ao plano de trabalho e politica que fundamentou o registro; deverá ter a  
70 duração de 1 ano, prorrogável por mais 6 (seis) meses; projetos de forma simplificada

71 com retenção de 20% da possível indicação; com prazo de 15 dias para aprovação e  
72 validação prevista para a 17 de novembro; Angelica fortalece que é uma pactuação em  
73 conjunto. Angélica pergunta se estamos dispostos a se comprometer se houver aprovação  
74 do Edital. Quem está de acordo com essa proposta deliberando sobre os moldes colocados  
75 pela Dra. Kellye sobre a destinação dirigida, conforme lei recentemente aprovada.  
76 Aprovação por UNANIMIDADE NESTA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10-10-2023 ÀS 15H23.  
77 (aplausos). Próximo item da pauta: Indicação Programa Viva leite – item retirado.  
78 Concordância. Item 2-proposta de criação da comissão ético racial do CMDCA. Angélica dá  
79 a palavra para Ricardo. Ricardo faz uma contextualização; fala da luta para a concretização  
80 sobre essa comissão. Vanessa fala um pouco sobre essa comissão ético racial que surgiu  
81 dentro do grupo EVCCA. Fala em nome da SETA que vem desenvolvendo já um trabalho  
82 com essa nomenclatura. Fala do tempo de militância do movimento negro. Fala do  
83 adolescente que foi assinado pelo guarda municipal em Campinas. Diz que as crianças  
84 negras são as menos assistidas no nosso país. Fala da importância de olharmos com mais  
85 cuidado dessas questões, como por exemplo, um processo formativo para Campinas na  
86 área dos direitos da criança e adolescentes. Querem muito que GT consiga transformar em  
87 comissão para dialogar nas políticas de modo transversal sobre as questões do racismo  
88 institucional; fomentar o debate sobre o racismo; a possibilidade do simpósio vai dar a  
89 possibilidade de construção dessa proposta política sobre esse tema; Apresentação:  
90 Renata Cruz psicóloga da SETA; fala o que é atitude antirracista; Aírton (Conselheiro  
91 Tutelar) diz: fala sobre a manifestação sobre adolescentes negros, faz um esboço sobre o  
92 que houve na pandemia sobre as questões racial com adolescente e criança, faz de um  
93 caso concreto. Fala sobre a descrição nos B.O que nem sempre é colocado as falas que  
94 relatam a ocorrência de racismo. Racismo em a intolerância; religiosa de criança preta e  
95 de outra religião; fala que cada 23 minutos há um luto; Fala que Campinas-SP é uma das  
96 mais racistas; Sr. Paulo do CT Leste faz uma explanação que existe um racismo estrutural.  
97 Crisley é pedagoga de formação. Sua fala é para complementar a fala dos anteriores com  
98 relação ao racismo ocorrido em Campinas-SP. Ike Banto fala sobre a questão do racismo  
99 estrutural. Fala declaração raça-cor; fala sobre as linhas de ações pensadas; só faz sentido  
100 se existir com relação entre pessoas de outros povos; Angelica, faz as considerações. A  
101 partir de toda construção segue para votação da criação da Comissão: votação por  
102 unanimidade – número de votos 10. a coordenação da comissão precisa ser assumida por  
103 um conselheiro. Próxima item da pauta proposta de acompanhamento e avaliação dos  
104 conselhos tutelares. Angelica faz uma contextualização sobre essas questões. Fala de  
105 investir na formação continuada; investir no CT para dados de atendimento. Precisamos

106 nos juntar para potencializar os trabalhos; é dentro desse contexto de formalizar uma  
107 comissão para dialogar com as demandas do CT e do CMDCA. Há debates sobre a  
108 nomenclatura da criação dessa comissão. Aírton faz um debate sobre a atuação dos CT.  
109 Rosângela do CT também um esboço sobre os trabalhos dos conselheiros. Angelica abre  
110 fala para a manifestação dos conselheiros tutelares. Dra. Andrea fala sobre a importância  
111 do OME e da construção da nomenclatura. Ana Flávia faz uma contextualização e uma  
112 analogia com nomes. Eulin, fala que é Conselheiro Tutelar há 11 anos, fala da sua  
113 experiência. Fala de quem tem trocada as experiências. Ele não concorda com a proposta  
114 do nome. Angélica faz as ponderações com relação as questões suscitadas e proposta a  
115 pauta próxima. Quem aprova para essa comissão para uma comissão monitoramento e de  
116 fortalecimento dos conselhos tutelares: Item Avaliação do processo de escolha dos CT.  
117 Angelica fala sobre as eleições do CT, quanto foi produtivo, emocionante, faz  
118 agradecimento a Clébia e demais membros (Giovanna, Ricardo, Ana Flávia, Fernando,  
119 Fernando, Zezé, Ana Lúcia); fala da legitimidade do processo. A ideia dessa gestão é deixar  
120 documentado para as próximas gestões; Clébia diz que angelica resumiu muito bem sobre  
121 o evento – processo eleitoral. Clébia contextualiza como foi promover e conduzir esse  
122 processo; os desafios encontrados, devido as estruturas, (cada escola); convocação 640  
123 pessoas para os trabalhos; equipe de alimentação, motorista; foi um processo inovado  
124 com urna eletrônica; capacitar, dar formação para todos os que trabalharam na eleição;  
125 Renata Cruz fala sobre as eleições; diz que é necessário um outro tipo de comunicação  
126 com a periferia; deveria ter transportes públicos para votação; as famílias atendidas pelo  
127 CT não foram votar; A importância do CT como sociedade, mais para a sociedade ainda  
128 não tem aquele consentimento sobre o CT, pois não tiveram a oportunidade de exercer a  
129 cidadania. Sr paulo fala sobre as eleições do CT, das dificuldades de informações, da falta  
130 de condições das pessoas irem voltar; fala de suas irresignações sobre as eleições; disse  
131 que ninguém lhes deu ouvido pois fez uma alerta sobre o essa inversão; quer saber o por  
132 quê ninguém lhe deu uma resposta até agora; Clebia dá rebate sobre as eleições. Ele  
133 interrompe a Clebia, que continua, fala de como se dá o processo de escolha utilizando  
134 urna eletrônica.; não tem nenhuma pretensão de mentir; o processo de escolha do CT  
135 unificada em 2015 e 2019. nesta data tiveram 5 escolas; explica como se deu as eleições  
136 de 2010 e 2015; o recorte da zona eleitoral é diferente da eleição normal; olha o recorte  
137 de zona eleitora; na eleição de 2023, a pretensão era dobrar os locais em relação a  
138 anterior, identificando as escolas 9 escolas municipais), a secretaria de educação cedeu  
139 algumas escolas; explica foi pedido reunião com Desembargador para obter as urnas; MP  
140 diligenciar sobre essa apoio; teria cumprir as formalidades; cada local deveria ter

141 capacidade de comportar 5 mil eleitores por urna; dada a urgência do TRT considerou as  
142 escolas; cada urna só comporta 5 mil pessoas. Tiveram pedir para Prefeito para emitir um  
143 Decreto para conseguir servidores para trabalhar nas eleições. Angélica faz o rebate. Item  
144 alteração do provisoriamente será para próxima pauta; Item contratação de assessoria  
145 para CMDCA vai para próxima reunião. Concessão registro do INBRADE – Instituição de  
146 Desenvolvimento do Esporte, Fábio fala sobre o projeto – plano de trabalho da Entidade,  
147 sobre o atendimento com essas crianças e adolescentes; crianças a partir de 10 a 18 anos  
148 incompletos. Gustavo fala também sobre a entidade e da oportunidade de participar do  
149 CMDCA, Gustavo convida todos para conhecer a entidade; fala o que é a arte marcial.  
150 Segue para aprovação: aprovado por unanimidade o registro provisório da Entidade  
151 INBRADE (10 votos). Angelica propõe mais uma votação que é da contratação de  
152 assessoria do CMDCA; Angelica sugeri visitar o orçamento contrato. Será submetido  
153 para a reunião extraordinária. Angelica encerra a reunião e eu, Patrícia Rodrigues Silva  
154 Paes, lavrei a ata.